Particulares" Seminário "Os Sistemas de Informação Geográfica na Administração Urbanística e Municipal"

3 de Outubro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Moreira.*

300802794

Aviso n.º 24922/2008

Nomeação de um cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico

Na sequência do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico, por aviso publicado na Bolsa de Emprego Público, no Jornal de Notícias, e no *Diário da República* 2.ª série, conforme o estabelecido no n.º 1, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, verificou-se a apresentação de duas candidaturas.

A este procedimento concursal compareceram à entrevista pública José Augusto Diogo Peixoto e António Manuel Ribeiro Carneiro Leão.

O júri do concurso procedeu à aplicação dos métodos de selecção previstos: Avaliação Curricular e Entrevista Pública, tendo em resultado proposto a escolha do candidato José Augusto Diogo Peixoto, conforme consta da sua acta de 4 de Julho de 2008.

Assim, com base nas razões invocadas pelo júri na acta referida, na experiência profissional evidenciada na síntese curricular em anexo, determinei, por meu despacho de 29 de Setembro de 2008, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 30 de Agosto, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º, do mesmo Decreto-Lei e alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a nomeação do licenciado José Augusto Diogo Peixoto, no cargo de Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo e de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 21.º da aludida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produz efeitos a partir de 29 de Setembro de 2008.

Síntese curricular

Nome: José Augusto Diogo Peixoto

Data de nascimento — 22 de Fevereiro de 1969

Habilitações Académicas — Licenciatura em Direito pela Universidade Católica do Porto

Experiência Profissional:

10 de Agosto de 1995 — Técnico Superior Consultor Jurídico, na área da investigação criminal, posto de Alferes — Ministério da Defesa Nacional/Delegação de Coimbra da Polícia Judiciária Militar.

Acções de Especialização:

Pós Graduação em Direito Administrativo e Administração Pública, em Março de 1999;

Estágio Profissional de Advocacia, concluído em Outubro de 1997, no Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados;

Curso de Inspecção Judiciária concluído no Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais;

27 de Novembro de 1997 — Técnico Superior Consultor Jurídico, posto de Tenente no Ministério da Defesa Nacional/Departamento de Justiça do Quartel-General da Região Militar do Norte — elaboração de estudos, trabalhos e pareceres de natureza jurídica.

1 de Agosto de 2002 — Técnico Superior de 2.ª classe Consultor Jurídico, promovido à categoria de Técnico Superior de 1.ª classe, em 13 de Julho de 2004 no Município de Aguiar da Beira — elaboração de pareceres jurídicos no âmbito do regime jurídico da urbanização e edificação, relação jurídica de emprego público, empreitadas de obras públicas, realização de despesas públicas e contratação pública relativa à locação e aquisição de bens e serviços, notariado privativo e registo predial, novo regime da avaliação do desempenho, estatuto dos dirigentes da Administração Pública, contrato individual de trabalho na Administração Pública, procedimento e contencioso administrativo, regime jurídico das férias, faltas e licenças, novo código do trabalho, lei das empresas municipais, intermunicipais e regionais, estatuto dos eleitos locais, lei das finanças locais, competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios, tendo em vista a uniformização de interpretações jurídicas, elaboração de processos disciplinares, tratamento de documentação de suporte ao estudo jurídico, organização de processos de expropriação, responsabilidade por processos de gracioso administrativo, acompanhamento de processos de contencioso administrativo, penal e cível, elaboração de Regulamentos Municipais.

3 de Março de 2006 — Técnico Superior de 1.ª classe, na área de Consultadoria Jurídica na Administração Regional de Saúde do Norte/Sub-Região de Saúde do Porto — Apoio Jurídico à Divisão de Aprovisionamento e Património, nomeadamente através de elaboração de pareceres jurídicos nessa área, participação em actos públicos, no âmbito de aquisição de bens e serviços para apoio jurídico às respectivas comissões;

5 de Março de 2007 — Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização na Câmara Municipal de Marco de Canaveses, até 22 de Janeiro de 2008, a partir dessa data Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico, em regime de substituição — membro permanente de Júri de Concursos Públicos de Empreitadas de Obras Públicas, procedimentos concursais de aquisição de bens e serviços, bem como de concursos de pessoal; chefia do sector de contra-ordenações e fiscalização; chefia do sector de assuntos jurídicos e de contencioso; Notário privativo e Oficial Público do município.

Formação Profissional:

Frequentou o 1.º Ciclo de Conferencias sobre as Alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; Seminário do Departamento Municipal Jurídico e de Contencioso; Curso Organização do Trabalho Administrativo; curso "Novo Regime de Avaliação do Desempenho"; curso "O Novo Contencioso Administrativo e as Implicações no CPS"; curso "A reforma de Tributação do Património e as suas implicações a nível municipal"; curso "Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas"; curso "Organização e funcionamento do poder Local."A Descentralização Administrativa"; curso "Novo Regulamento do Ruído"; curso "Código do Procedimento Administrativo e Modernização Administrativa"; curso "Regime jurídico de Férias, Faltas e Licenças"; curso de formação inicial de formadores; curso "Organização do trabalho Administrativo".

3 de Outubro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Maria Moreira.*

300802761

Aviso n.º 24923/2008

Nomeação de um cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau Chefe de Divisão de Obras

Na sequência do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para Chefe de Divisão de Obras, por aviso publicado na Bolsa de Emprego Público, no Jornal de Notícias, e no *Diário da República* 2.ª série, conforme o estabelecido no n.º 1, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, verificou-se a apresentação de duas candidaturas.

A este procedimento concursal compareceu à entrevista pública, Vítor Manuel Dinis Gonçalves Pires.

O júri do concurso procedeu à aplicação dos métodos de selecção previstos: Avaliação Curricular e Entrevista Pública, tendo em resultado proposto a escolha do candidato Vítor Manuel Dinis Gonçalves Pires, conforme consta da sua acta de 18 de Junho de 2008.

Assim, com base nas razões invocadas pelo júri na acta referida, na experiência profissional evidenciada na síntese curricular em anexo, determinei, por meu despacho de 29 de Setembro de 2008, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 30 de Agosto, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º, do mesmo Decreto-Lei e alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro a nomeação do licenciado Vítor Manuel Dinis Gonçalves Pires, no cargo de Chefe de Divisão de Obras, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo e de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produz efeitos a partir de 29 de Setembro de 2008.

Síntese curricular

Nome: Vítor Manuel Dinis Gonçalves Pires

Data de nascimento — 29 de Abril de 1973

Habilitações Académicas — Licenciatura em Engenharia Civil — Direcção, Gestão e Execução de Obras do Instituto Superior de Engenharia do Porto e Especialização em Engenharia de Segurança e Higiene Ocupacionais.

Experiência Profissional:

Ingressou com contrato a termo certo como Engenheiro Técnico Civil de 2.ª classe na Câmara Municipal de Valongo em 11/11/1996 a 10/11/1997; Iniciou no mesmo regime, com a categoria de Técnico Auxiliar de 2.ª classe de 11/11/1997 a 31/01/1999; em 01/12/1999 iniciou estágio de ingresso na categoria de Engenheiro Técnico Civil, em regime de contrato administrativo de provimento, tendo como principais actividades e responsabilidades: Elaboração de projectos de vias e arruamentos obras de arte; elaboração de projectos visando a realização de obras públicas por administração directa e empreitadas; e fiscalização e acompanhamento de obras públicas. Prestou serviço na Câmara Municipal de Baião, como Técnico Superior de 2.ª classe, em regime de contrato de trabalho a termo certo de 02 de Janeiro 2000 a 23 de Fevereiro de 2000, tendo como principais actividades e responsabilidades, as já atrás mencionadas.

Ingressa na Câmara Municipal de Marco de Canaveses, como categoria Técnico Superior — Engenheiro Civil, em 24 de Fevereiro de 2000, tendo como principais actividades e responsabilidades: Elaboração de projectos de vias e arruamentos, obras de arte, saneamento e edifícios; elaboração de processos visando de realização de obras públicas por empreitada e administração directa; fiscalização e acompanhamento de obras públicas; vogal da comissão de análise e do júri da comissão de propostas; membro da comissão de vistorias; responsável pela ETA e cinco ETAR's.

Nomeado em Comissão de Serviço, Chefe de Divisão de Obras Municipais em Setembro de 2005 até 22 de Janeiro de 2008 e Chefe de Divisão de Obras, em regime de substituição a partir de 23 de Janeiro de 2008.

Algumas actividades a destacar:

Chefia e Coordenação da Divisão de Obras; Coordenação dos serviços ligados à Divisão de águas e saneamento; responsável pelo sector de aprovisionamento e compras, oficinas e armazém; vogal da comissão de análise de propostas; vogal do júri de avaliação de propostas.

Formação Profissional:

Curso "O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e o Desenvolvimento Regional e Local"; Curso "O Novo Código dos Contratos Públicos"; curso "O Novo Sistema de Avaliação do Desempenho da Administração Pública"; curso "Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho"; curso "Liderança e Gestão de Conflitos"; curso "Empreitadas de Desenvolvimento Regional do Entre Douro e Tâmega, S. A."; curso "Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos"; curso "Higiene e Segurança no Trabalho"; curso "As Emulsões Betuminosas e as Tecnologias de Pavimentação a Frio".

3 de Outubro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Moreira.*

300802737

Aviso n.º 24924/2008

Nomeação de um cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau Chefe de Divisão de Gestão de Equipamentos

Na sequência do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para Chefe de Divisão de Gestão de Equipamentos, por aviso publicado na Bolsa de Emprego Público, no Jornal de Notícias, e no *Diário da República* 2.ª série, conforme o estabelecido no n.º 1, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, verificou-se a apresentação de três candidaturas.

A este procedimento concursal compareceu à entrevista pública, Nuno Filipe Gonçalves Fresco Medon Ferreira.

O júri do concurso procedeu à aplicação dos métodos de selecção previstos: Avaliação Curricular e Entrevista Pública, tendo em resultado proposto a escolha do candidato Nuno Filipe Gonçalves Fresco Medon Ferreira, conforme consta da sua acta de 4 de Setembro de 2008.

Assim, com base nas razões invocadas pelo júri na acta referida, na experiência profissional evidenciada na síntese curricular em anexo, determinei, por meu despacho de 29 de Setembro de 2008, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 30 de Agosto, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º, do mesmo Decreto-Lei e alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a nomeação do licenciado Nuno Filipe Gonçalves Fresco Medon Ferreira, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão de Equipamentos, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo e de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 21.º da aludida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produz efeitos a partir de 29 de Setembro de 2008.

Síntese curricular

Nome: Nuno Filipe Gonçalves Fresco Medon Ferreira

Data de nascimento — 12 de Setembro de 1971

Habilitações Académicas — Licenciatura em Engenharia Electrotécnica e de Computadores — Ramo de Sistemas de Engenharia Eléctrica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Experiência Profissional:

Exerceu funções na Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, Empresa do Grupo EDP, em diversas Centrais Hidroeléctricas, nomeadamente de Fratel e Miranda do Douro, de 1 de Novembro de 1997 a 28 de Fevereiro de 1998.

Gestor de Energia na Quinta da Aveleda, em Junho de 1999 a Dezembro de 1999.

Ingressou como Técnico Superior na Câmara Municipal de Marco de Canaveses, em 24 de Fevereiro de 2000, tendo como principais actividades e responsabilidades: realização de projectos na área de electricidade e telecomunicações em edifícios escolares, administrativos, desportivos...; fiscalização de todas as obras realizadas ao nível de electricidade e comunicação; elaboração diversos processos visando a realização/fornecimento de obras públicas de empreitada, bem como por administração directa; realização de vistorias como membro efectivo da comissão de vistorias, para efeito de emissão de alvarás de utilização e de salubridade, vistorias de segurança, para funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados; responsável pela gestão das intervenções por administração directa relativamente a instalações eléctricas e de telecomunicações; responsável pelas Estações de Tratamento de Águas Residuais Municipais

Nomeado em Comissão de Serviço, Chefe de Divisão de Gestão de Equipamentos, do Departamento Técnico de Obras em 2 de Setembro de 2005, até 22 de Janeiro de 2008, a partir de 23 de Janeiro de 2008 Chefe de Divisão de Gestão de equipamentos, em regime de substituição.

Algumas actividades a destacar:

Gestão de todos os equipamentos Municipais, nomeadamente viaturas, instalações e estruturas amovíveis; realização de projectos na área de electricidade e telecomunicações em edifícios escolares, administrativos, desportivos, habitação Social; projectos de infra-estruturas de electricidade e telecomunicações de loteamento e urbanizações; fiscalização de todas as obras Municipais realizadas ao nível de electricidade e comunicações; vários estudos ao nível de utilização de energia em edifícios públicos; membro efectivo da comissão de vistorias da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, para efeito de emissão de alvará de utilização e de salubridade e para funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados; responsável pela gestão das intervenções por administração directa relativamente a infra-estruturas eléctricas e de telecomunicações.

Formação Profissional:

Curso "Liderança e Gestão de Conflitos"; "O Novo Sistema de Avaliação do Desempenho da Administração Pública"; curso "Projectistas de Redes de Gás".

3 de Outubro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Moreira.*

300802689

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aviso n.º 24925/2008

Concursos Internos de Acesso Geral

1 — Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 28.º, ambos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, que procede à aplicação à Administração Local do Decreto-Lei n.º 204/98, faz-se público que, por meu despacho de 11 de Julho de 2008, se encontram abertos os Concursos Internos de Acesso Geral a seguir indicados:

Referência 1 — Um lugar na categoria de Engenheiro Técnico Civil Principal, da carreira de Engenheiro Técnico Civil;